

Parecer nº 101/98

Data: 1998.09.09

Processo nº 426

Requerente: Junta Médica da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública – ADSE

I - Os Factos

O Director da Polícia Judiciária de Coimbra solicita ao Presidente da Secção da Junta Médica do Centro a remessa do relatório de exame psiquiátrico efectivado a um agente da instituição.

A entidade requerida tem dúvidas sobre a comunicabilidade de tal relatório.

II - O Direito

O documento solicitado é um documento nominativo, sendo de presumir (uma vez que a entidade que solicita o parecer não nos forneceu fotocópia do mesmo para análise) que, em maior ou menor dose, sempre conterá informações interditáveis em geral, a menos que a entidade interessada no relatório seja portadora de um interesse que justifique o acesso.

A Junta Médica não pode dar acesso às informações em causa, ao abrigo da Lei 65/93, de 26 de Agosto, sem parecer prévio favorável da CADA, reconhecendo à entidade interessada, à revelia daquele parecer, um interesse directo e pessoal na informação de terceiro (o qual de qualquer modo, não parece ocorrer no caso).

Parecer:

A CADA é de parecer que, ao abrigo da Lei do Acesso aos Documentos Administrativos – LADA, a Junta Médica não tem de enviar o relatório solicitado.

Lisboa, 9 de Setembro de 1998.

Narana Coissoró (Relator) - Silva Marques - João Figueiredo - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - José Gameiro dos Santos - Castro Martins (Presidente).